

Dívida mobiliária *Pública* *com precatórios* *atinge R\$ 10,2 bi*

GAZETA MERCANTIL

28 JAN 1997

por Maysa Previdello
de Brasília

A dívida mobiliária de estados e municípios emitida com base em precatórios atingiu, no ano passado, R\$ 10,2 bilhões. Em apenas dois anos, o setor público estadual e municipal elevou em 364% o total de títulos emitidos para pagamento de precatórios. Essas novas emissões, concentradas principalmente no ano passado, estão sendo alvo de investigações da CPI dos Precatórios do Senado.

Os senadores investigam a utilização indevida do montante arrecadado com os títulos para precatórios. Do total emitido para o cumprimento dos papéis, R\$ 6,6 bilhões se referem a títulos para pagamento de precatórios estaduais e R\$ 3,654 bilhões para os municipais.

A dívida mobiliária total, de estados e prefeituras, atingiu em dezembro R\$ 51,7 bilhões. Em novembro, a dívida mobiliária era de R\$ 50.813,00. As operações de crédito contraídas pelo setor público estadual e municipal – Adiantamento de Receitas Orçamentárias (ARO) mais dívida de longo prazo

– chegaram a R\$ 7,7 bilhões, 20,65% superior aos R\$ R\$ 6,4 bilhões contratados no ano anterior.

Estados e municípios contraíram R\$ 2 bilhões em ARO entre janeiro e dezembro do ano passado, enquanto que, no mesmo período de 1995, as operações dessa espécie totalizaram R\$ 3,9 bilhões. A variação, negativa, foi de 47,54%.

Depois das renegociações, a dívida de longo prazo (fundada) de estados e prefeituras subiu 129,94%, de R\$ 2,4 bilhões em 1995 para R\$ 5,6 bilhões no ano passado. Os estados foram responsáveis por R\$ 4,5 bilhões e os municípios por R\$ 1,1 bilhão.

Os bancos federais foram os que mais realizaram empréstimos de longo prazo ao setor público em 1996 – R\$ 3,6 bilhões. Em 1995, as instituições federais haviam concedido empréstimos da ordem de R\$ 1 bilhão aos estados e municípios.

O estado que possui a mais alta dívida contratual é Minas Gerais, com um total de dívida de R\$ 1,4 bilhões. São Paulo aparece em segundo lugar, com uma dívida contratual que somou, em 1996, R\$ 721,6 milhões.